



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

APÊNDICE - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO ELETRÔNICO (RDC) n.º **01/2021**
(Processo Administrativo n.º 23381.007484.2021-19)

Estudo Técnico Preliminar 16/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 23381.007484.2021-19

2. Objeto

2.1. Este documento tem por objetivo concretizar os estudos técnicos preliminares visando subsidiar à contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a execução de serviços de construção de uma quadra poliesportiva, assim como, a execução dos serviços de construção de instalações destinada a comercialização de alimentos/refeições (Quiosque) na unidade do Campus Itaporanga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, identificando e analisando os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda - DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

2.2. Tal estudo técnico preliminar contém as informações necessárias para atendimento às disposições do art. 7º, da Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 40, de 22 de maio de 2020.

3. Referência Legal

3.1. Aplicam-se à contratação proposta, os seguintes marcos normativos:

3.2.1. Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

3.2.2. Lei n.º 12.462, de 4 de agosto de 2011, que Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, e dá outras providências;

3.2.3. Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007, que Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI;

3.2.4. Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 40, de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

3.2.5. Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147, de 7 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar n.º 155

/2016 - Institui o Estatuto Nacional da Micro empresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n.º 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

3.2.6. Decreto n.º 7.581, de 11 de outubro de 2011, que regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, de que trata a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011;

3.2.7. Decreto n.º 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

3.2.8. Decreto n.º 8.538, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as micro empresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, micro empreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

3.2.9. Decreto n.º 3.722, de 09 de janeiro de 2001, que regulamenta o art. 34 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

3.2.10. Decreto n.º 7.746, de 05 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública;

3.2.11. Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal;

3.2.12. Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

3.2.13. Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 02, de 11 de outubro de 2010, que estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG;

3.2.14. Instrução Normativa SEGES/MPOG n.º 02, de 6 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, no âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG.

4. Descrição da necessidade

4.1. A contratação dos serviços, objeto da presente solicitação, visa atender às necessidades estratégicas do IFPB, e contemplará a unidade do Campus Itaporanga.

4.2. A chegada do IFPB à cidade de Itaporanga trouxe inovação e tecnologia no desenvolvimento de profissionais neste município, dando suporte a sua economia.

4.3. Nesse cenário, o Campus Itaporanga oferece o Curso Técnico Integrado em Edificações entendendo que este é um espaço promissor no que diz respeito a atender aos alunos egressos das escolas estaduais e municipais da cidade de Itaporanga e região circunvizinha, ao mesmo tempo que oferece mão de obra qualificada ao mercado de trabalho emergente.

4.4. Considerando o contexto descrito, é notório que a construção do IFPB – Campus Itaporanga não foi dotada de espaços de convivência, alimentação e de prática de atividades físicas e culturais. Em relação a isso, em 2016 já fora incluído no plano de ação desta unidade a construção de uma cantina/quiosque, motivado pela necessidade de dotar o Campus de um ambiente adequado para a comercialização de alimentos e convivência da comunidade, a fim de atender discentes, servidores e pessoal terceirizado.

4.5. Em relação a construção de um espaço para a prática de atividades físicas e culturais, e pensando na estruturação de um espaço para tais atividades, a Direção Geral deste Campus fez algumas provocações à Reitoria da instituição, materializadas através dos processos: 23796.000190.2017-16 - Viabilizar projeto de quadra de baixo custo para o campus Itaporanga (Memo nº 018/2017 – DG/CAMPUS ITAPORANGA /IFPB) e 23796.000892.2019-53 - (OFÍCIO 52/2019-DG/IP/REITORIA/IFPB) - Viabilização de projeto para construção de quadra de baixo custo”.

4.6. A construção de uma quadra poliesportiva proporcionará a comunidade um grande atrativo social, pois nela é possível a realização de várias atividades, desde as culturais e as propriamente destinadas a seu fim, compreendendo diversas modalidades esportivas, tais como: futebol, futsal, vôlei, basquete, handebol, caminhada, corrida e entre outros.

4.7. Essas, também, foram demandas dos discentes, da Direção de Ensino e da área de Educação Física do Campus Itaporanga, tal pauta figurou em todas as reuniões do Programa “Reitoria Itinerante” promovidas nesta unidade.

4.8. Quanto aos objetivos estratégicos, constantes no Planejamento Estratégico Decenal - PLANEDE 2015-2025, tais contratações estariam plenamente alinhada aos itens: I08 - Fornecer infraestrutura adequada para as atividades de ensino-pesquisa-extensão e gestão que assegurem padrões mínimos e a melhoria progressiva da estrutura de laboratórios, equipamentos, setores, salas de aula, bibliotecas e gabinetes docentes; e P11 - Acompanhar e avaliar, permanentemente, com a participação da comunidade e das Instâncias Colegiadas dos Campi e Reitoria, as políticas de ensino-pesquisa- extensão e gestão para garantir condições institucionais de continuidade das ações. Assim como ao Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do

IFPB 2017-2027, onde alguns gestores e docentes do IFPB avaliaram como fator interno contributivo para a evasão escolar a ausência de espaços de convivência, alimentação e de prática de atividades físicas e culturais. Tal constatação, reforça, e torna urgente, a necessidade de prover o Campus Itaporanga com uma estrutura adequada para estes fins.

4.9. Concluímos, por fim, que é extremamente necessário assegurar ao público interno condições para a melhor execução e aproveitamento dos serviços de ensino ofertados pelo Campus e, nesse prisma, a construção de espaços de convivência, alimentação e de prática de atividades físicas e culturais são um grande avanço para esse processo.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Pró-Reitoria de Administração e Finanças	PABLO ANDREY ARRUDA DE ARAÚJO
Diretoria Geral - Campus Itaporanga	RIDELSON FARIAS DE SOUSA

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1. São requisitos essenciais à prestação dos serviços objeto da presente contratação:

6.1.1. Os serviços deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, em especial, Normas da ABNT; Legislação de acessibilidade; Código de Obras da Prefeitura Municipal em vigor do respectivo local de execução, bem como os Regulamentos do Corpo de Bombeiros Estadual e normativas do Ministério do Trabalho.

6.1.2. A CONTRATADA deverá manter o quadro de pessoal técnico, operacional e administrativo qualificado e em número suficiente para a perfeita execução dos serviços contratuais assumidos, contando inclusive com um Responsável Técnico, inscrito em conselho de classe correspondente, com poder para deliberar e atender qualquer solicitação da Fiscalização do CONTRATANTE.

6.1.2.1. Eventual alteração do titular Responsável Técnico deverá ser comunicada de imediato ao CONTRATANTE, acompanhada de justificativa da necessidade da substituição, situação em que a empresa contratada deverá comprovar o novo responsável técnico, juntada a respectiva documentação comprobatória.

6.1.3. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.1.4. São requisitos de qualificação técnica:

6.1.4.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, consignados no instrumento convocatório, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

6.1.4.2. Possuir registro ou inscrição junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

6.1.10. Da justificativa acerca da natureza continuada do serviço:

6.1.10.1. A necessidade do objeto do presente estudo técnico preliminar, por si só, não se mostra como critério apto para ser caracterizado como um serviço de natureza contínua.

6.1.10.2. O objeto se enquadra como serviço de engenharia e arquitetura, já que é necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos, envolvendo a participação de profissionais habilitados, conforme o disposto na Lei Federal n.º 5.194/66. Logo, O serviço possui natureza não-continuada, estando a presente contratação classificada com “de escopo”.

6.1.11. Critérios e práticas de sustentabilidade:

6.1.11.1. O objetivo é a efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas licitações promovidas pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170, da Constituição Federal; ao art. 3º, da Lei n.º 8.666/93 alterado pela Lei n.º 12.349 de 2010, a Lei n.º 12.187/2009 e o art. 6º da Instrução Normativa n.º 1/2010 da SLTI/MPOG, além do Decreto n.º 7.746/2012:

6.1.11.1.1. Constituição Federal/1988:

[...]

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por m assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...]

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 42, de 19.12.2003)

6.1.11.1.2. Lei n.º 8.666/93:

[...]

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei n.º 12.349, de 2010).

6.1.11.1.3. Lei n.º 12.187/2009:

[...]

Art. 6º São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima:

[...]

XII - as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público- privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos.

6.1.11.1.4. Instrução Normativa n.º 1/2010 da SLTI/MPOG:

Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

a) Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

- b) Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto n.º 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- c) Observe a Resolução CONAMA n.º 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d) Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se zerem necessários, para a execução de serviços;
- e) Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- f) Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE n.º 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto n.º 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- g) Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- h) Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA n.º 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.

6.1.11.1.5. Decreto n.º 7.746, de 5 de junho de 2012:

[...]

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I - Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II - Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III - Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV - Maior geração de empregos, preferencialmente

com mão de obra local;

V - Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII - Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

6.1.12. Duração inicial do contrato de prestação de serviços

6.1.12.1. O contrato terá vigência pelo período de 8 (oito) meses, sendo prorrogável apenas na forma do art. 57, §1º da Lei nº 8.666, de 1993.

6.1.12.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro do corrente ano, para fins de inscrição em restos a pagar.

6.1.12.2. O prazo de execução do objeto é de 5 (cinco) meses cujas etapas observarão o cronograma a ser fixado no Projeto Básico.

6.1.12. 3. Os prazos de execução e de vigência do contrato poderão ser prorrogados, com fundamento no art. 57, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993, mediante prévia apresentação de justificativas, autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste e da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, formalizadas nos autos do processo administrativo.

6.1.12.4. As prorrogações dos prazos de execução e de vigência do contrato deverão ser promovidas por meio de prévia celebração de termo aditivo.

6.1.12.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, na forma dos itens acima, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente, por igual tempo, conforme preceitua o art. 79, § 5º, da Lei n.º 8.666/93, mediante prévio termo aditivo.

6.1.12.6. A prorrogação do prazo de execução da obra implica a prorrogação do prazo da vigência do contrato por igual período, exceto se houver dispositivo em sentido contrário no termo aditivo de prorrogação.

6.1.13. Quanto à necessidade da contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

6.1.13.1. A CONTRATADA deverá manter continuamente uma base de conhecimento com todas as informações de processos, atividades e tarefas referentes aos serviços, ocorrências de problemas, suas resoluções e lições aprendidas, tempo de resposta e resolução do problema.

6.1.13.2. Os projeto ou solução desenvolvida, exclusivamente para a obra poderá ser utilizada pela Contratante em outras obras da instituição, devidamente adaptadas ao contexto local.

6.1.13.2. Esta base de conhecimento deve estar acessível aos técnicos e gestores da CONTRATANTE.

7. Levantamento de Mercado

7.1. Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para execução dos serviços de construção de empreendimento de pequeno e médio porte, levando em consideração todos os requisitos exigidos por normas para uma obra segura, econômica e eficaz.

7.2. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução dos serviços no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

7.3. Quanto às existências de potenciais fornecedores, em pesquisas realizadas, através das plataformas de compras do governo federal e demais órgãos / entidades, de contratações de serviços objeto da presente contratação, identificamos, pelo menos, 10 (dez) processos finalizados, conforme tabela a seguir:

ORDEM	ÓRGÃO	UASG	MODALIDADE	OBJETO
1	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO	80012	RDC n.º 01/2020	Contratação de obra destinada a complementar a construção do Fórum Trabalhista de Apucarana-PR.
2	GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	110322	RDC n.º 01/2020	Contratação de empresa especializada para execução de obra visando a construção de Galpão Multiuso, na Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial (SCP), em Brasília-DF
3	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	150149	RDC n.º 01/2020	Contratação de empresa para Execução de Obra de Engenharia para a adequação da entrada e saída do estacionamento do Bloco M, interligação de acesso aos Blocos L e M, adequação da rampa

				acessível ao RU, adequação da entrada de pedestres junto ao bloco K, do Câmpus Apucarana da UTFPR
4	CAMPUS ARRAIAL DO CABO	152237	RDC n.º 01/2020	Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação do serviço de engenharia para Construção de novos banheiros, reforço estrutural e adaptações para realocação da biblioteca, adaptações de sala de reunião no Edifício do Campus Arraial do Cabo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ.
5	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO / UFSC	150232	RDC n.º 01/2019	Contratação de empresa, por meio do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), para fornecimento de material e mão de obra, destinados à reforma, com ampliação, da Urgência Pediátrica do HU/UFSC.
6	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A	179085	RDC n.º 98/2020	Contratação da obra de reforma da sobreloja do imóvel ocupado pela Agência Natal Roberto Freire-RN, incluindo elaboração de projeto executivo da escada, para abrigar as Gerências Estaduais do Agroamigo e Crediamigo
7	PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO - MG	200036	RDC n.º 01/2020	Contratação de empresa para execução de serviços de engenharia para adequação das novas instalações físicas da sede do Ministério Público do Trabalho no Município de Governador Valadares, em regime de empreitada por preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada
8	Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado - SUPLAN - GOV. PB	-	TOMADA DE PREÇOS n.º 62 /2019	Construção de ginásio coberto com vestiário no terreno remanescente da escola ECI Imaculada Conceição, em Cabedelo-PB.
9	Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado - SUPLAN - GOV. PB	-	CONCORRÊNCIA n.º 01/2019	Construção do novo complexo educacional da E.E.E.F.M José Rodrigues de Ataíde, em Itatuba-PB.
				Contratação de empresa

10	Prefeitura Municipal de João Pessoa	-	CONCORRÊNCIA n.º 33002/2020	especializada para Construção do Terminal de Integração do Varadouro, no bairro do Varadouro, na cidade de João Pessoa-PB.
----	-------------------------------------	---	-----------------------------	--

7.1.4. Os requisitos necessários ao atendimento da solução exigem a contratação de empresa especializada do ramo, o que se mostra perfeitamente possível haja vista o quantitativo de empresas cadastradas no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Comprasnet, na linha de fornecimento “Obras Cíveis Públicas (Construção)” no qual a consulta retornou mais de 100 registros, apenas no Estado da Paraíba. (Disponível em: <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/selecionarLinhaFornecimento.jsf#>. Acesso em: 13 jul. 2021).

7.1.5. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos serviços a serem contratados, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

8. Descrição da solução como um todo

8.1. A descrição da solução como um todo, abrange a prestação dos serviços comuns de engenharia, para a execução de serviços de construção de uma quadra poliesportiva, assim como, a execução dos serviços de construção de instalações destinada a comercialização de alimentos/refeições (Quiosque) na unidade do Campus Itaporanga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, em consonância com as condições discriminadas abaixo:

8.1.1. Da execução dos serviços de construção de instalações destinada a comercialização de alimentos/refeições (Quiosque):

8.1.1.1. A adoção da forma trapezoidal e circular, na criação da volumetria da edificação, foi o marco inicial para o desenvolvimento do projeto, que adotou o mesmo partido arquitetônico utilizado nos Blocos Administrativo e Acadêmicos. O planejamento do espaço foi definido após estudos sobre a limitação da área e a parte estrutural.

8.1.1.2. O Quiosque compreende uma área de coberta de 62,50m² e de construção de 54,84m², composta pelos seguintes ambientes:

- i. 01 Área para Cantina (14,78 m²);
- ii. 01 Área para Alimentação (32,50 m²);
- iii. 01 Área para Depósito (3,88 m²);
- iv. 01 Jardineira.

8.1.1.3. Para evitar a incidência solar direta, foram criados brises horizontais, com fechamento em cobogós, na fachada oeste e beirai na área destinada à alimentação.

8.1.1.4. O estudo preliminar relacionado à estrutura propõe a utilização de elementos estruturais como laje, vigas e pilares de concreto, e alvenaria de 1/2 vez de tijolos cerâmicos de oito furos para vedação, tornando-se necessária a solicitação dos demais projetos complementares.

8.1.1.5. Foram indicados no projeto arquitetônico os locais e o pré-dimensionamento dos pilares e vigas, os locais indicados para a colocação de tubulação de descida de águas pluviais, visando facilitar a compatibilização com os projetos complementares, de modo a não sacrificar os espaços definidos para o bom funcionamento do quiosque.

8.1.1.6. As fundações deverão ser definidas pelo projeto estrutural. As instalações elétricas devem ser embutidas e utilizar eletrodutos de PVC rígido, caixas 4"x2" (quatro polegadas por duas polegadas) com placa na cor branca. Devem-se utilizar lâmpadas econômicas e as luminárias devem ter proteção contra explosões, quebras e quedas acidentais. Demais especificações de acordo com o projeto elétrico.

8.1.1.7. As instalações de lógica devem seguir projeto específico.

8.1.1.8. As instalações hidráulicas devem seguir projeto específico. Já foi previsto no projeto arquitetônico o local por onde deverá passar a tubulação de águas pluviais, que deve ser respeitado. Demais especificações de acordo com o projeto hidrossanitário.

8.1.1.9. As paredes serão de alvenaria de ½ vez, de tijolos cerâmicos de 8 furos, assentados com argamassa de cimento, cal e areia, traço 1:2:8.

8.1.1.10. A cobertura de um modo geral é constituída por telhamento metálico galvanizado, perfil ondulado, e = 0,5mm, com inclinação de 5%, cor natural, sobre estrutura metálica ou madeira pontaleada e alvenaria, enclausuradas por platibandas e algeroz. Referência técnica: Telha metálica ondulada 17 Eternit ou similar com as mesmas características técnicas.

8.1.1.11. As fundações devem receber impermeabilização com uma demão de tinta asfáltica, referência técnica: Neutrol, Vedacit, ou similar com as mesmas características técnicas. Nas áreas das calhas deve ser utilizado manta plásticoasfáltica com espessura de 4 mm, impermeável, as emendas devem se soldadas a quente. Nas áreas molhadas, deve ser utilizado aditivo impermeabilizante na camada de regularização do piso.

8.1.1.12. Serão utilizadas janelas de correr e grades de enrolar. As do tipo de correr serão de alumínio anodizado branco, com vidro laminado de 6 mm, na cor verde, referência técnica: Belmetal, linha imperial 2.5 ou similar com as mesmas características técnicas. As esquadrias de enrolar, com abertura para cima, serão de aço galvanizado e acabamento em pintura de esmalte sintético, executada em duas demãos, e uma de fundo para galvanizados, na cor branca fosca.

8.1.1.13. Serão utilizadas portas de madeira laminada, com núcleo sólido, acabamento liso, com verniz (sem brilho), alizar no mesmo material. Soleira em granito polido cor verde ubatuba. Ferragens e maçanetas do tipo alavanca, em inox.

8.1.1.14. As paredes internas receberão acabamento conforme indicação do projeto, podendo ser em pintura acrílica, com emassamento, executada em duas demãos, cor branco neve, acabamento acetinado ou semi-brilho, ou revestimento cerâmico (10cm x 10cm) com baixa absorção de água, PEI não aplicável, cor branco brilhante, com acabamento até o forro. Referência Técnica: Elizabeth - Linha Cristal. Rejunte flexível impermeável de alta resistência a algas e fungos na cor branca.

8.1.1.14.1. No revestimento externo será utilizado casquilho cerâmico vermelho (lâminas de 7x22 cm), com baixa absorção de água, o acabamento será com hidrofugante à base de silicone (incolor) e rejuntamento impermeável, frisado, de alta resistência a algas e fungos, na mesma cor do casquilho. Será utilizado, também, revestimento cerâmico 10x10 cm, PEI não aplicável, cor branca, Referência técnica: Elizabeth, Linha Cristal, cor branca, ou similar com as mesmas características técnicas e de tonalidade. Deve ser utilizado rejunte impermeável de alta resistência a algas e fungos na cor branca nas áreas internas e externas.

8.1.1.14.2. Os pilares circulares externos receberam pintura em tinta acrílica sobre massa acrílica, acabamento acetinado ou semi-brilho, cor colorado (referência Coral).

8.1.1.15. Será utilizado chapisco em todas as paredes de tijolos interna e externamente, a fim de dar aderência para a aplicação do emboço ou do reboco, o traço recomendado é de 1:3 de cimento e areia.

8.1.1.16. Será utilizado emboço nas áreas internas onde o revestimento da parede for de cerâmica e nas fachadas, onde deve ser utilizado o tipo hidrofugado, o traço recomendado é 1:2:9 de cimento cal e areia.

8.1.1.17. Será utilizado reboco em massa única, apenas nas áreas internas onde o acabamento for a pintura, o traço recomendado é 1:2:9 de cimento cal e areia.

8.1.1.18. A área de alimentação receberá forro de gesso rebaixado com detalhe em tabica invertida de 5cm x 5cm e acabamento em pintura látex PVA com emassamento, cor branco neve fosco. Os demais ambientes receberam forro de gesso com acabamento em pintura látex PVA com emassamento, cor branco neve fosco.

8.1.1.18.1. A fiação e os eletrodutos devem ficar embutidos no forro.

8.1.1.19. Na área molhada e de depósito o piso será de revestimento cerâmico antiderrapante 34x34 cm. Referência técnica: ELIZABETH Cristal

Branco SEG, COF II, PEI 4, ou similar com as mesmas características técnicas. Rejunte impermeável de alta resistência a fungos e algas. Na área externa coberta granilite polido, cor natural, com juntas plásticas de dilatação (COR GRAFITE) espaçadas em quadras de 1,00 m², sem rodapé, e soleiras de granito polido 20 mm, cor verde ubatuba. A pavimentação das áreas externas será de blocos de concreto intertravado tipo prisma ou tijolo medindo 20x10x6 cm, cor cinza, assentamento tipo escama de peixe. Conforme a ABNT NBR 9050:2015 desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis. Eventuais desníveis no piso de até 5 mm dispensam tratamento especial. Desníveis superiores a 5 mm até 20 mm devem possuir inclinação (chanfro) máxima de 1:2 (50 %). O piso deve ter o nível regularizado, de forma a garantir uma inclinação menor que 5% entre o limite frontal do lote e as edificações remanescentes.

8.1.1.20. Na cozinha será instalado um balcão com apoio em alvenaria e tampos em granito polido, cor verde ubatuba, com respaldo de 7cm e testeira de 10 cm, com cuba em inox. Acabamento reto das bordas para contenção de água. Altura 0,90 m. O balcão de atendimento será em granito polido, cor verde ubatuba, altura 1,10m, área PNE altura 0,80m. Apoio em alvenaria e barras de aço. Acabamento borda dupla reta. A torneira (de bancada ou de parede) será da marca Deca, linha Decamatic, ou similar com as mesmas características técnicas. É obrigatório o uso de modelos que permitam a substituição do reparo interno da torneira para o caso de futuras manutenções.

8.1.1.21. Os elementos horizontais de proteção solar (brises) serão de concreto, reto na parte inferior e com inclinação de 2% na parte superior, com revestimento cerâmico (10cm x 10cm) de baixa absorção de água, PEI não aplicável, cor branco brilhante. Referência Técnica: Elizabeth - Linha Cristal ou similar com as mesmas características técnicas. Rejunte epóxi impermeável de alta resistência a algas e fungos na cor branca.

8.1.1.22. Os cobogós ou elementos vazados, serão retos, em concreto pré-moldado (40cm x 40cm x 10 cm), formando uma composição com 4 tipos diferentes. Acabamento em pintura acrílica na cor branca. Rejunte mínimo na mesma cor. Vide detalhe da composição.

8.1.2. Da execução de serviços de construção de uma quadra poliesportiva:

8.1.2.1. Projeto Estrutural

- i. INFRAESTRUTURA: piso de concreto armado, sobre leito natural compactado e nivelado.

8.1.2.2. Construção

- i. Os serviços de construção serão em terreno submetido à terraplanagem com compactação previa a 95% do proctor. O piso será em concreto armado moldado in loco.

8.1.2.3. Observações Gerais

i. Projeto elaborado de acordo com as seguintes normas técnicas:

- a. NBR 6118:2014 – Projeto de estruturas de concreto - Procedimentos;
- b. NBR 6122:2019 – Projeto e execução de fundações;
- c. NBR 8681:2004 – Ações e segurança nas estruturas – Procedimento;
- d. NBR 7480:2007 – Aço destinado a armaduras para estruturas de concreto armado - Especificação;
- e. NBR 7481:1990 – Tela de aço soldada – Armadura para concreto - Especificação;
- f. NBR 14931:2004 – Execução de estruturas de concreto – Procedimento.
- g. Todos os serviços de demarcação e níveis serão executados pela CONTRATADA e obrigatoriamente acompanhados pela FISCALIZAÇÃO, tendo em vista a importância da marcação dos níveis.

8.1.2..4. Relação de Pranchas do Projeto

- i. 01/03 - PLANTA DE SITUAÇÃO, QUADRA POLIESPORTIVA EM CONCRETO ARMADO E ARMADURA – CORTE AA;
- ii. 02/03 – ARMADURA INFERIOR, ARMADURA – CORTE BB E QUADRO DE ARMADURA DO PISO EM CONCRETO ARMADO;
- iii. 03/03 – JUNTAS DE DILATAÇÃO.

8.1.2..5. Especificações para dimensionamento

- i. Resistência do concreto: 25 Mpa;
- ii. Dimensão máxima do agregado graúdo: 19 mm.
- iii. Aço: CA-60.
- iv. Módulo de Elasticidade (obtido a partir do FCK): Ecs – 23650 MPa;
- v. Peso específico do concreto – 2.500 kg/m³.
- vi. Classe de agressividade ambiental: II – Moderado urbano;
- vii. Início do carregamento: 28 dias.

8.1.2.6. Concreto

- i. Todo concreto a empregar na construção será usinado. A areia e a brita utilizadas não poderão provocar reações álcali-agregado com o cimento, nem conter materiais orgânicos, ou argilosos, e a utilização de aditivos só poderá ser feita se houver compatibilidade com o aço ou o concreto. A água a ser utilizada deverá ser tratada e estar de acordo com as normas vigentes, não podendo conter excesso de íons cloretos, fluoretos ou sulfatos.

ii. A obra deverá oferecer um adequado controle de qualidade e rígidos limites de tolerância da variabilidade das medidas durante a execução dos serviços (Item 7.4.7.4 NBR 6118/2014).

iii. A dosagem (traço) do concreto, bem como a indicação da granulometria dos agregados, para obter a resistência necessária, deverá ser especificada por empresa especializada. O consumo mínimo de cimento no traço deve ser igual ou superior a 320 Kg de cimento por metro cúbico de concreto.

iv. A fixação da relação água/cimento e a utilização dos agregados, miúdos e graúdos, terão em vista a resistência e a trabalhabilidade de concreto, compatíveis com as dimensões e acabamento das peças. É permitido o uso de aditivos plastificantes, previamente testados pela fabricante e dentro dos parâmetros prescritos pelas citadas acima. A relação água/cimento deve ser inferior a 0,55.

v. Não será admitido o lançamento do concreto de altura superior a 2 m.

vi. Todo o concreto deverá receber cura cuidadosamente. As peças serão mantidas úmidas pelo prazo mínimo de 07 (sete) dias e não poderão, de maneira alguma, ficar expostas sem proteção adequada.

vii. O adensamento será obtido por vibradores de imersão ou por vibradores de forma e o equipamento a ser utilizado terá dimensionamento compatível com a posição e tamanho da peça a ser concretada. A vibração será executada de modo a impedir as falhas de concretagem e evitar a segregação da nata de cimento.

viii. Antes do lançamento do concreto as formas deverão ser perfeitamente limpas, molhadas e perfeitamente estanques, a fim de impedir a fuga da nata de cimento.

8.1.2.7 Serviços Técnicos:

i. Equipamentos serão utilizados para boa execução dos serviços, equipamentos como:

a. serra circular, vibradores, e outros que se fizerem necessários.

8.1.2.8. Elementos Estruturais

8.1.2.8.1 Piso:

i. Os pilares foram considerados como elementos de uma estrutura de nós indeslocáveis, para os quais o comprimento de flambagem foi o valor recomendado na NBR-6118/2014.

8.1.2.8.1.1. Material utilizado:

- i. Para confecção do concreto será utilizado o seguinte material: cimento Portland, areia grossa e brita de origem granítica, lavada e de cava.

8.1.2.9. Procedimentos

8.1.2.9.1 Armaduras

- i. A armadura a ser utilizada não poderá apresentar indícios de corrosão. É obrigatória a utilização de espaçadores plásticos entre a forma e armação para garantir o recobrimento de projeto.
- ii. É obrigatória a utilização de "caranguejos" ou peças plásticas apropriadas, para garantir o posicionamento de armaduras negativas, quando houver.
- iii. Todas as lajes, desprovidas de armadura negativa em ambos os sentidos, receberão uma tela soldada em aço CA-60, que servirá de armadura de distribuição e combate a fissuração do piso.

8.1.2.9.2 Transporte e Lançamento do Concreto

- i. O transporte e o lançamento do concreto serão feitos por métodos que evitem a segregação ou perda dos ingredientes do concreto. Será feita através de bombeamento e/ou normal.

8.1.2.9.3 Adensamento

- i. Cada camada de concreto lançada será vibrada mecanicamente por meio de vibradores de imersão. A quantidade de vibradores, suas potências e diâmetros serão adequados a todas as peças a serem adensadas. A vibração não permitirá a segregação da nata de cimento.
- ii. Será tomada precaução para que não se altere a posição da armadura, nem traga quantidade excessiva de água à superfície do concreto ou ocorra à segregação da massa do concreto.

8.1.3. As descrições acima são uma referência mínima para execução dos serviços, devendo a contratada providenciar todas as demais ações que forem indispensáveis para a execução satisfatória do contrato, considerando-se a Contratada como altamente especializada nos serviços em questão.

8.1.4. A Contratada deverá prever em seus custos, todas as ferramentas, materiais, componentes, produtos, aparelhos de medições e de testes, necessários para a execução dos serviços, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos mesmos.

8.1.3. Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, fornecendo, mão de obra, componentes, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços.

8.1.4. O projeto executivo será realizado concomitantemente com a execução dos serviços - art. 7º, §1º, Lei 8.666/93 - e a cargo da Contratada.

8.1.5. Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços descritos no instrumento convocatório e seus anexos. Todos os custos referentes aos serviços deverão estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta.

8.2. Os serviços objeto do presente estudo deverão ser prestados dentro de elevados padrões de qualidade, com pessoal especializado, de acordo com as especificações dos fabricantes, normas técnicas, boa prática do mercado e legislação vigente sobre segurança do trabalho;

8.3. A empresa assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar de acordo com as presentes Normas de Execução, Instruções e demais documentos técnicos fornecidos, bem como pelos danos decorrentes da realização desses trabalhos.

8.4. Os serviços deverão ser executados em estrita e total observância às Normas Brasileiras e às indicações constantes dos projetos fornecidos pela CONTRATANTE. No caso de inexistência de normas brasileiras específicas, ou nos casos em que elas forem omissas, deverão ser obedecidas às prescrições estabelecidas pelas normas estrangeiras pertinentes.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. A estimativa da quantidade de serviços a serem contratados foi aferida a partir da identificação das atuais necessidades prementes para novos espaços de convivência, alimentação e de prática de atividades físicas e culturais, junto à unidade do Campus Itaporanga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, de acordo com as contribuições dos setores que compõem a estrutura organizacional, além das especificidades da Administração, baseando-se ainda na medição das áreas existentes onde serão realizados os serviços, considerando também os recursos financeiros disponíveis.

9.2. Os itens e quantitativos de cada um dos projetos foi estimado para atender ao escopo da presente contratação, considerando a área total a ser construída que importa em:

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:	CONSTRUÇÃO CIVIL
IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA:	Campus Itaporanga - Rodovia PB 386, Km 2, S/N. Centro. CEP: 58780-000.
ÁREA TOTAL DO TERRENO:	69.558,95 m ²

ATIVIDADES	
CONSTRUÇÃO	Quadra Poliesportiva Descoberta
NÚMERO DE PAVIMENTOS	-
ÁREA A SER CONSTRUÍDA	1.076,49 m²

ATIVIDADES	
DEMOLIÇÃO	Construção de Quiosque - Expansão III
NÚMERO DE PAVIMENTOS	-
ÁREA A SER CONSTRUÍDA	<p>Área de Construção: 54,84 m²</p> <p>Área de Coberta: 62,50 m²</p>

9.3. O detalhamento dos quantitativos consta dos autos do presente processo administrativo.

10. Estimativa do Valor da Contratação

10.1. Os serviços de engenharia, objeto do presente estudo, dar-se-ão pelo regime de empreitada por preço unitário, a partir da demanda formalmente identificada e de orçamento formalmente apresentado e aprovado pela Administração.

10.2. A estimativa de preços tem por marco normativo o Decreto n.º 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências. Os documentos e memórias de cálculo para a estimativa de preços ou preços referenciais encontram-se em anexo ao presente estudo técnico preliminar. Os custos unitários dos serviços necessários são obtidos a partir do somatório dos custos unitários dos insumos e dos serviços utilizando-se as tabelas oficiais de referência. Estes catálogos discriminam todas as parcelas integrantes dos serviços, incluindo insumos e composições auxiliares, permitindo o cômputo de maneira inequívoca das parcelas componentes referentes a materiais e à mão de obra.

10.3. O custo total dos serviços é obtido multiplicando-se os custos unitários pelo quantitativo em mesma unidade de medida, que deverá ser apurado *in loco* ou sobre plantas e demais elementos de projetos ou estimativas técnicas, sendo admissível a conversão de unidades de medida, desde que detalhado o processo de cálculo empregado. O preço final do serviço a ser contratado é o somatório dos custos totais dos serviços necessários, aplicando-se o BDI.

10.4. Os valores referenciais foram obtidos por meio da planilha orçamentária elaborada a partir das composições do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e

Índices da Construção Civil - SINAPI, com custos sem desoneração de abril de 2021; Orçamento de Obras de Sergipe - ORSE e pesquisas de mercado, acrescidos da taxa de Bonificação de Despesas Indiretas (BDI).

10.5. A metodologia aplicada a etapa de levantamento do custo estimado da contratação baseou-se na identificação, quantificação e valoração de todos os insumos que serão diretamente empregados na prestação dos serviços e, posteriormente, na multiplicação dos valores desses custos por fatores específicos, que incorporam as despesas indiretas, os tributos e a remuneração da empresa, resultando no preço de execução dos serviços.

10.6. Ressalta-se que a produtividade dos profissionais, integrantes de uma determinada equipe de trabalho varia em função da capacitação e do conhecimento de cada indivíduo e da eficiente sinergia da equipe alocada. Os valores aqui considerados tratam-se de parâmetros médios estimados, baseados no escopo dos trabalhos que serão executados, produtos que serão entregues e nos prazos para execução.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1. Em regra, conforme § 1º, do art. 23, da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

11.2. Considerando que os serviços consistem objeto distintos podendo os mesmos serem prestados por empresas especializadas distintas, não se vê óbice ao parcelamento do objeto pretendido.

11.3. O parcelamento dos itens se mostra uma opção viável, levando em consideração o mercado fornecedor, verificando-se o benefício do parcelamento da contratação, buscando- e um melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. Não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. A contratação, objeto do presente estudo técnico preliminar, está alinhada com os programas de âmbito federal e objetivos e metas estratégicas do IFPB, constantes no Planejamento Estratégico Decenal do IFPB - PLANEDE 2025, consignados nos pontos a seguir:

13.1.1. Fatores Críticos de Sucesso

I. Boas condições de trabalho com locais adequadamente iluminados e ventilados, móveis que ofereçam conforto mínimo necessário, ausência (sempre que possível) de barulho e outros perturbadores do gênero, máquinas e equipamentos modernos e em boas condições, material de uso de boa qualidade, sistemas informatizados de apoio administrativo, recursos de comunicação (conectividade: telefone, internet, videoconferência) e locomoção entre os Campi e prédios da Reitoria;

II. Manutenção de uma imagem institucional favorável no Estado da Paraíba e na Região Nordeste, de modo a beneficiar-nos frente à opinião pública, governo e comunidade acadêmica.

13.2. Por fim, ratifica-se que a presente demanda decorre de fato previsível, e encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações 2021, em conformidade com às disposições do art. 2º, da Instrução Normativa n.º 1, de 10 de janeiro de 2019, consignado no relatório extraído do sistema PGC que segue em anexo aos autos do presente processo administrativo.

14. Resultados Pretendidos

14.1. A construção dos espaços objeto do presente Estudo Técnico Preliminar trará benefícios diretos e indiretos para toda a comunidade com melhorias significativas no desempenho das atividades meio e fim da instituição, assegurando ao público interno condições para a melhor execução e aproveitamento dos serviços de ensino ofertados pelo Campus e, nesse prisma, a construção de espaços de convivência, alimentação e de prática de atividades físicas e culturais são um grande avanço para esse processo.

14.2. Espera-se, ainda, com esta contratação no mínimo os seguintes efeitos:

I. Assegurar espaços de convivência, alimentação e de prática de atividades físicas e culturais e bem estar de servidores, funcionários e visitantes, influenciando positivamente na execução das atividades desenvolvidas no âmbito da instituição;

II. Aperfeiçoar a manutenção dos ambientes e serviços utilizados por usuários /cidadãos externos e internos de forma a melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade;

III. Manutenção de uma imagem institucional favorável no Estado da Paraíba e na Região Nordeste, de modo a beneficiar-nos frente à opinião pública, governo e comunidade acadêmica.

IV. Melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis, otimizando os custos administrativos de gerenciamento da unidade;

14.3. Desta forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, observando-se as políticas de responsabilidade ambiental adotadas por este Órgão.

15. Providências a serem Adotadas

15.1. Elaborar cronograma com todas as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores:

15.1.1. Não configura-se necessária a elaboração de cronograma para adequação de ambientes visando o início da prestação dos serviços.

15.2. Considerar a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado:

15.2.1. O objeto da presente contratação apresenta peculiaridades que justificam a necessidade de capacitação constante de servidores, em especial os que lidarão com a gestão e fiscalização do contrato, adequando seus conhecimentos às melhores práticas, propiciando o conhecimento necessário a estes para que consigam realizar o mapeamento dos riscos durante a gestão do contrato e quando de eventuais aditivos.

15.2.2. Cumpre ressaltar que o IFPB oferece cursos de capacitação para fiscais e gestores de contratos, promovidos anualmente, tanto por parte de profissional externo à instituição, quanto por parte de iniciativa da Coordenação de Fiscalização de Contratos, e que esse aprimoramento por parte dos servidores é imprescindível para a melhoria do controle dos serviços.

15.3. Juntar o cronograma ao processo e incluir, no mapa de riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não corram a tempo:

15.3.1. Considerando todo o exposto, não há risco da contratação falhar em relação a adequações do ambiente da organização, pois tais adequações não são necessárias.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. A construção civil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e crescimento social, viabilizando a modificação do meio natural para atender as necessidades humanas. Entretanto, é um dos setores produtivos que mais geram impactos ambientais devido as suas altas taxas de geração de resíduos associadas com a ineficiência e até mesmo ausência de gerenciamento por parte dos geradores.

16.2. Desta forma, para minimizar e combater tais situações, foram criados a nível nacional dispositivos legais, merecendo destaque à Lei n.º 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. As resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, em particular a Resolução n.º 307/2002, que “Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil”.

16.3. Do exposto, a contratada deverá obedecer a todas as normas e regulamentos ambientais que disponham sobre o manejo e descarte dos resíduos sólidos oriundos da execução da obra.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1. Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra-se VIÁVEL em termos de disponibilidade de mercado, consoante o artigo 7º, inciso XIII, da IN SEGES/ME n.º 40, de 22 de maio de 2020, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

17.2. A contratação dos serviços objeto do presente planejamento não se enquadra nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.

18. Responsáveis

PORTARIA n.º 50/2021 - PRAF/REITORIA/IFPB, de 12 de julho de 2021.

CARLOS DIEGO DOS SANTOS CARVALHO

Membro da Equipe de Planejamento

PORTARIA n.º 50/2021 - PRAF/REITORIA/IFPB, de 12 de julho de 2021.

VINICIUS CABRAL DE MELO FILHO

Membro da Equipe de Planejamento

PORTARIA n.º 50/2021 - PRAF/REITORIA/IFPB, de 12 de julho de 2021.

FLAVIANO DA SILVA
Membro da Equipe de Planejamento